



Aposentadorias e Pensão por morte: questões relevantes na Gestão Previdenciária



RPPS

Conselho Deliberativo

Portaria MTP nº 1.467, de 2022: Atuarial e Investimentos.

Tribunais de Contas

Art. 71 da CF: apreciar para fins de registro a legalidade dos atos de aposentadorias.

MPS

Art. 9º da Lei nº 9.717/1998: parâmetros, diretrizes e critérios relativos a benefícios.

Controles Internos

Arts. 31, 70, 74 e 75 da CF, art. 54 da LRF: fiscalização do município, controle orçamentário e financeiro.

CVM

Fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários.

Gestão do Plano de Benefícios



EC nº 103, de 2019

- Art. 40
(redação da EC nº 20, de 1998 e EC nº 41, de 2003);
 - EC nº 20, de 1998;
 - EC nº 41, de 2003;
 - EC nº 47, de 2005;
 - EC nº 70, de 2012;
 - EC nº 88, de 2015.
- Lei Orgânica Municipal;
 - Lei Complementar Municipal;
 - Lei Municipal, se houver.



§ 9º Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.

Gestão da Averbação do Tempo



Dados da CTC

Dados cadastrais, **destinação**, tempo destinado, fracionamento, homologação, base de remunerações, especificação de tempos especiais, etc.

Averbação é decisão do servidor, buscar CTC com antecedência

Tempo concomitante

Conversão de Tempo Especial em Comum - Tema STF 942

Observar o art. 172 da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.

Certidão de Tempo de Serviço Militar - CTSM

Observar os artigos 182 e ss da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.

Desaverbação do tempo de contribuição

Gestão das Contribuições Previdenciárias



Repasse das contribuições patronais e descontadas dos servidores

Contribuições dos servidores cedidos

Contribuições dos servidores licenciados

Contribuições dos servidores em exercício de mandato eletivo

Gestão da Concessão das Aposentadorias



Avaliação das regras de aposentadorias

Direito as regras de transição ou apenas as regras gerais?

Direito adquirido à aposentadoria

Contagem de tempo posterior ao implemento do direito adquirido

Atualização de dados cadastrais nas bases da RFB

Tempo de magistério para aposentadoria

Observar o § 1º do art. 164 da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.

Concessão de aposentadorias especiais (agentes nocivos e deficiência)

Gestão da Concessão das Aposentadorias



Aposentadorias por decisão judicial e pagamentos retroativos

Aposentadoria por incapacidade (invalidez) e data de início

Possibilidade de readaptação e as aposentadorias por invalidez e incapacidade permanente

Acumulação de cargos e a concessão da aposentadoria

Gestão da Concessão das Pensões por Morte



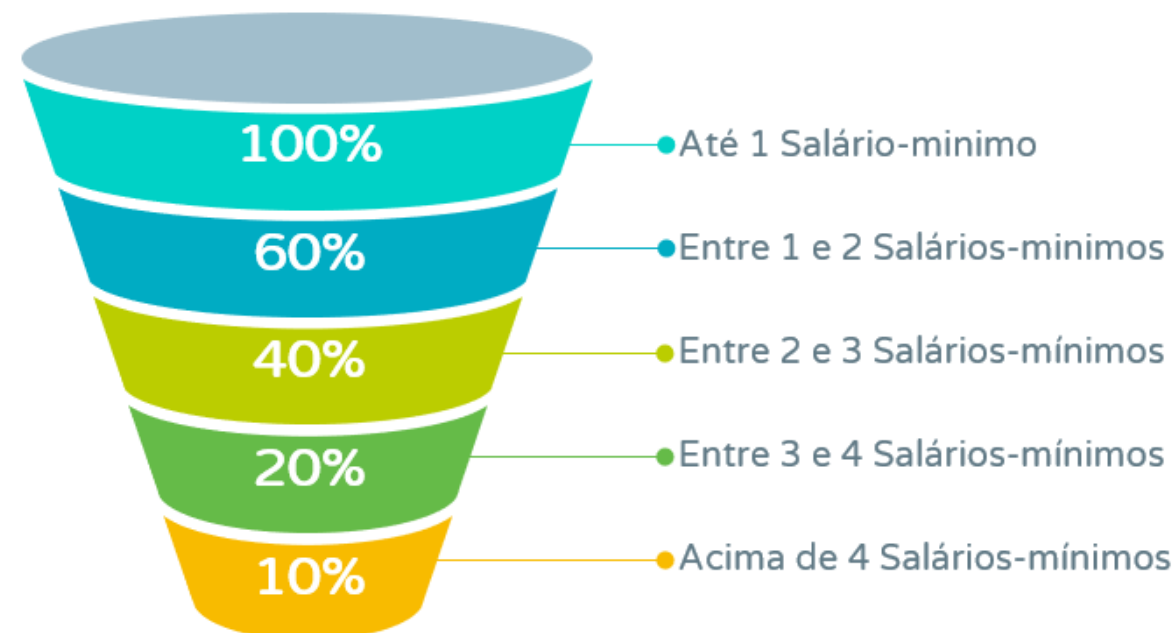
Comprovação de dependentes previdenciários

União estável, filhos, filho maior inválido, menor tutelado ou guarda, etc.

Aplicação das regras de pensão por morte na data do óbito

Aplicação dos redutores de acumulação de benefícios

Observar o art. 24 da EC nº 103, de 2019.



Obrigado

Leonardo da Silva Motta

